

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Data Entrega: 11/11/2016

Data Referência: 30/09/2016

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil) 30/09/2016

Do Capital Integralizado

Ordinárias 1.156.366.576

Preferenciais 1.156.366.576

Total 2.312.733.152

Em Tesouraria

Ordinárias 0

Preferenciais 0

Total 0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2016	31/12/2015
1	Ativo Total	2.450.795	2.418.446
1.01	Ativo Circulante	50.886	87.719
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.311	14.227
1.01.02	Aplicações Financeiras	24.619	48.693
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	24.619	48.693
1.01.03	Contas a Receber	15.717	16.672
1.01.04	Estoques	1.049	2.661
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.346	3.511
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.844	1.955
1.01.08.03	Outros	2.844	1.955
1.02	Ativo Não Circulante	2.399.909	2.330.727
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	302.253	252.240
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	136.342	89.027
1.02.01.06	Tributos Diferidos	148.916	147.095
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	148.916	147.095
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	520	520
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	520	520
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.475	15.598
1.02.03	Imobilizado	10.349	13.614
1.02.04	Intangível	2.087.307	2.064.873
1.01.08.03.01	Adiantamentos Diversos	2.818	1.938
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	26	17
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	16.466	15.589
1.02.01.09.04	Outros	9	9

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2016	31/12/2015
2	Passivo Total	2.450.795	2.418.446
2.01	Passivo Circulante	252.069	951.462
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.163	7.542
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.163	7.542
2.01.02	Fornecedores	13.785	17.596
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.439	4.482
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	215.528	910.294
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	162.675	901.721
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	162.675	901.721
2.01.04.02	Debêntures	52.853	8.573
2.01.05	Outras Obrigações	10.154	11.548
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.335	2.438
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.335	2.438
2.01.05.02	Outros	7.819	9.110
2.02	Passivo Não Circulante	1.719.193	990.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.595.514	871.823
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	668.166	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	668.166	0
2.02.01.02	Debêntures	927.348	871.823
2.02.02	Outras Obrigações	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	143	143
2.02.04	Provisões	77.236	70.136
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.990	2.332
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	723	676
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.267	1.656
2.02.04.02	Outras Provisões	74.246	67.804

2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	46.300	47.948
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	46.300	47.948
2.03	Patrimônio Líquido	479.533	476.934
2.03.01	Capital Social Realizado	1.110.500	984.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-630.967	-507.066
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	413	415
2.01.05.02.05	Outros	36	1.737
2.01.05.02.06	Receita Diferida	7.370	6.958
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	74.246	67.804
2.02.06.02.01	Receita Diferida	46.300	47.948

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	93.070	305.271	90.563	250.068
3.01.01	Receita de Pedágio e Acessórias	77.480	215.925	73.376	197.861
3.01.02	Receita de Construção	15.590	89.346	17.187	52.207
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-65.071	-233.745	-66.843	-201.834
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-49.635	-145.302	-49.827	-150.144
3.02.02	Custos de Construção	-15.436	-88.443	-17.016	-51.690
3.03	Resultado Bruto	27.999	71.526	23.720	48.234
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.894	-27.972	-8.896	-26.752
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.894	-27.947	-8.911	-26.769
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	-25	15	17
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.105	43.554	14.824	21.482
3.06	Resultado Financeiro	-46.803	-169.276	-48.019	-177.945
3.06.01	Receitas Financeiras	5.118	13.262	6.207	12.728
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.921	-182.538	-54.226	-190.673
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-26.698	-125.722	-33.195	-156.463
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	658	1.821	1.256	2.115
3.08.02	Diferido	658	1.821	1.256	2.115
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-26.040	-123.901	-31.939	-154.348
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-26.040	-123.901	-31.939	-154.348
3.99.01.01	ON	-0,0110	-0,0600	-0,0230	-0,1170

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-26.040	-123.901	-31.939	-154.348
4.03	Resultado Abrangente do Período	-26.040	-123.901	-31.939	-154.348

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	136.290	107.697
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	132.348	111.301
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-125.722	-156.463
6.01.01.02	Margem bruta de construção	-903	-517
6.01.01.03	Depreciação e amortização	71.145	68.355
6.01.01.04	Amortização do custo de transação debêntures	0	2.204
6.01.01.05	Provisão para manutenção	6.442	18.100
6.01.01.06	Baixa de imobilizado e intangível	243	2.012
6.01.01.07	Provisão para riscos	658	469
6.01.01.08	Receita diferida	-1.330	-1.860
6.01.01.09	Variação monetárias, cambiais e encargos	178.054	175.194
6.01.01.10	Provisão para créditos duvidosos	213	554
6.01.01.11	Constituição de outorga variável	3.548	3.253
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.641	-1.867
6.01.02.01	Créditos a receber	742	-2.728
6.01.02.02	Estoques	1.612	661
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.165	1.283
6.01.02.04	Adiantamentos	-880	-905
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-877	-4.097
6.01.02.07	Fornecedores	6.869	1.810
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	-1.043	237
6.01.02.09	Salários e encargos sociais a recolher	1.621	1.616
6.01.02.11	Partes relacionadas	-112	1.657
6.01.02.12	Receita diferida	94	1.842
6.01.02.13	Outros	-3.550	-3.243
6.01.03	Outros	-1.699	-1.737

6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-119.579	-135.169
6.02.01	Aplicação Financeira	-19.245	-55.287
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-418	-2.591
6.02.03	Aquisição intangível	-99.916	-77.291
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-26.627	46.683
6.03.01	Aumento de capital	126.500	147.000
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	30.000	0
6.03.03	Juros pagos	-87.199	-43.388
6.03.04	Pagamento de empréstimos	-95.928	-56.929
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.916	19.211
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.227	22.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.311	41.215

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2016 à 30/09/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	126.500	0	0	0	0	126.500
5.04.01	Aumentos de Capital	126.500	0	0	0	0	126.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-123.901	0	-123.901
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-123.901	0	-123.901
5.07	Saldos Finais	1.110.500	0	0	-630.967	0	479.533

01/01/2015 à 30/09/2015

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	745.000	0	0	-283.819	0	461.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	745.000	0	0	-283.819	0	461.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	147.000	0	0	0	0	147.000
5.04.01	Aumentos de Capital	147.000	0	0	0	0	147.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-154.348	0	-154.348

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-154.348	0	-154.348
5.07	Saldos Finais	892.000	0	0	-438.167	0	453.833

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	325.696	268.516
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	236.543	216.823
7.01.02	Outras Receitas	20	40
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	89.346	52.207
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-213	-554
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-157.804	-127.041
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-88.443	-51.690
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-67.711	-74.387
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.650	-964
7.03	Valor Adicionado Bruto	167.892	141.475
7.04	Retenções	-71.145	-68.355
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.145	-68.355
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	96.747	73.120
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	13.262	12.728
7.06.02	Receitas Financeiras	13.262	12.728
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	110.009	85.848
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	110.009	85.848
7.08.01	Pessoal	27.544	27.636
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.541	20.016
7.08.01.02	Benefícios	5.726	5.931
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.277	1.589
7.08.01.04	Outros	0	100
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.422	21.341
7.08.02.01	Federais	11.595	10.322
7.08.02.02	Estaduais	300	393
7.08.02.03	Municipais	11.527	10.626

7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	182.944	191.219
7.08.03.01	Juros	182.053	190.144
7.08.03.02	Aluguéis	563	810
7.08.03.03	Outras	328	265
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-123.901	-154.348
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-123.901	-154.348

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2016	31/12/2015
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2016	31/12/2015
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2015 à 30/09/2015
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2016 à 30/09/2016	01/01/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2015 à 30/09/2015
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2016 à 30/09/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

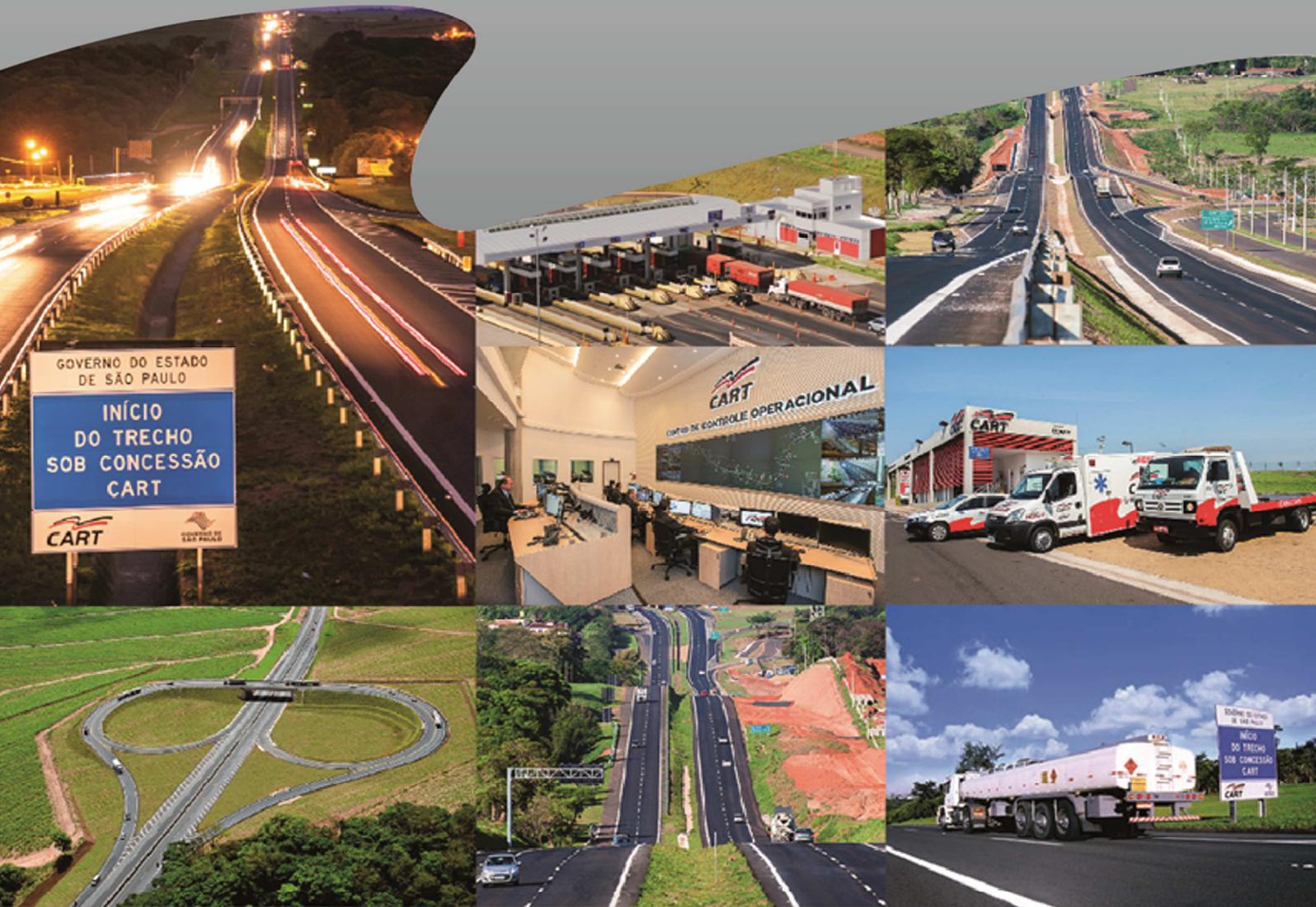
DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

Comentário de Desempenho

30 de Setembro de 2016



A **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**, (“CART”) ou (“Companhia”), empresa controlada pela INVEPAR Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A., é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O corredor Raposo Tavares é composto pelas rodovias SP-225 (Rodovia João Baptista Cabral Rennó, no trecho entre Bauru e Santa Cruz do Rio Pardo), SP-327 (Rodovia Orlando Quagliato, que liga Santa Cruz do Rio Pardo a Ourinhos) e SP-270 (Rodovia Raposo Tavares, no trecho entre Ourinhos e Presidente Epitácio) e respectivos acessos.

A administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais, submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Desempenho correspondente às Informações Financeiras Intermediárias referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, acompanhado do relatório de revisão especial dos auditores independentes.

DESTAQUE DO PERÍODO

- Reclassificação tarifária:** O reajuste tarifário de 2016 ocorreu conforme previsto no contrato de concessão. A deliberação do Conselho Diretor da ARTESP foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 30 de Junho de 2016, autorizando o reajuste de 9,32% às tarifas de pedágio da CART, a partir de 1º de Julho de 2016.
- Recorde de dias corridos sem acidentes com vítima fatal:** A CART quebrou novamente seu recorde histórico de dias consecutivos sem acidentes fatais em suas rodovias em 2016. O novo recorde alcançou a marca de 98 dias sem registros de ocorrências com acidentes fatais. Este resultado é o retrato do trabalho desenvolvido por meio das inspeções na rodovia, monitoramento de câmeras, implementação do Programa de Redução de Acidentes, ações em parceria com a PMRV, campanhas educativas e treinamento de colaboradores.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
VEPs	12.534	13.796	-9,1%	37.440	39.211	-4,5%
Veículos Leves	3.769	3.938	-4,3%	11.409	11.820	-3,5%
Veículos Pesados	8.765	9.858	-11,1%	26.031	27.391	-5,0%
Tráfego	5.813	6.173	-5,8%	17.493	18.188	-3,8%
Veículos Leves	3.812	3.984	-4,3%	11.550	11.966	-3,5%
Veículos Pesados	1.887	2.082	-9,4%	5.616	5.900	-4,8%
Veículos Isentos	113	107	5,6%	327	322	1,6%
Tarifa Média (R\$)	6,55	5,65	15,9%	6,11	5,35	14,2%

VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes

- VEPs** – Nos nove meses acumulados de 2016, as praças de pedágio da CART registraram 37,4 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes, 4,5% abaixo do registrado no mesmo período do ano anterior. A variação negativa do VEP está relacionada à retração econômica do período, onde, conforme dados do IBGE,

foram verificadas quedas consecutivas no consumo das famílias, como forma de adequar os orçamentos familiares à piora do mercado de trabalho e diminuição da renda, refletindo na redução do número de viagens (Veículos Leves). Além do cenário econômico adverso, a frustração das colheitas e menor competitividade do milho brasileiro no mercado externo também contribuíram negativamente para o volume de cargas transportadas (Veículos Pesados).

- **Tráfego** – O volume de tráfego da CART apresentou uma retração de 3,8% nos nove meses acumulados de 2016 quando comparado com 2015, desempenho muito próximo ao verificado no setor, refletido pelo índice ABCR-SP, cuja retração foi de 3,6% no mesmo período.

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Bruta	100.462	97.592	2,9%	325.889	269.030	21,1%
Receitas com Pedágio	82.107	77.964	5,3%	228.685	209.738	9,0%
Receitas Acessórias	2.765	2.441	13,3%	7.858	7.085	10,9%
Receita de Construção (IFRS)	15.590	17.187	-9,3%	89.346	52.207	71,1%
Receita Bruta Ajustada¹	84.872	80.405	5,6%	236.543	216.823	9,1%
Deduções da Receita Bruta	(7.392)	(7.029)	5,2%	(20.618)	(18.962)	8,7%
Receita Líquida Ajustada¹	77.480	73.376	5,6%	215.925	197.861	9,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Nos nove meses acumulados de 2016, a CART obteve uma Receita Bruta de R\$ 325,9 milhões, um crescimento de 21,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Parte da Receita Bruta está relacionada à Receita de Construção, advinda das normas de IFRS (R\$ 89,3 milhões). O impacto positivo da Receita de Construção é reflexo do maior volume de obras executadas no período de 2016.

Para efeito de análise, a Receita Líquida Ajustada não contempla os impactos do IFRS (itens não caixa).

Receita Líquida Ajustada (R\$ Mil)	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Líquida Ajustada¹	77.480	73.376	5,6%	215.925	197.861	9,1%
Receita com Pedágio	74.971	71.175	5,3%	208.796	191.445	9,1%
Receitas Acessórias	2.509	2.201	14,0%	7.129	6.416	11,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 215,9 milhões, um crescimento de R\$ 18,1 milhões, ou 9,1% frente ao mesmo período do ano anterior. Os principais impactos foram:

- **Receita com Pedágio** – Representou 96,7% da Receita Líquida Ajustada, com um crescimento de R\$ 17,4 milhões, ou 9,1%, representado pelo reajuste

tarifário em 1º de julho de 2016, e reclassificação tarifária das Praças de Pedágio de Piratininga, em 14 de outubro de 2015, Pres. Bernardes, em 28 de dezembro de 2015, Caiuá, em 31 de maio de 2016 e Regente Feijó, em 01 de julho de 2016, em função da entrega de trechos de duplicação da SP-225 e SP-270.

- **Receitas Acessórias** – Representou 3,3% da Receita Líquida Ajustada, com aumento de R\$ 0,7 milhão em relação ao mesmo período do ano anterior. Aumento deveu-se pela variação do IPCA na renovação dos contratos.

CUSTOS & DESPESAS

Custos & Despesas (R\$ Mil)	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Custos & Despesas Operacionais	(72.965)	(75.739)	-3,7%	(261.717)	(228.586)	14,5%
Pessoal	(9.005)	(8.946)	0,7%	(27.544)	(27.636)	-0,3%
Conservação & Manutenção	(8.067)	(6.888)	17,1%	(23.248)	(20.681)	12,4%
Operacionais	(9.872)	(9.222)	7,0%	(29.153)	(26.877)	8,5%
Outorga Variável	(1.273)	(1.206)	5,6%	(3.548)	(3.252)	9,1%
Despesas Administrativas	(3.085)	(3.481)	-11,4%	(12.194)	(11.995)	1,7%
Custo de Construção (IFRS)	(15.436)	(17.016)	-9,3%	(88.443)	(51.690)	71,1%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(2.395)	(5.972)	-59,9%	(6.442)	(18.100)	-64,4%
Depreciação & Amortização	(23.832)	(23.008)	3,6%	(71.145)	(68.355)	4,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustado¹	(55.134)	(52.751)	4,5%	(166.832)	(158.796)	5,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Nos nove meses acumulados de 2016, os Custos & Despesas Operacionais totalizaram R\$ 261,7 milhões. Incluído neste valor estão R\$ 88,4 milhões de Custo de Construção e R\$ 6,4 milhões de Provisão de Manutenção, ambos relacionados ao IFRS. Em

comparação com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento no valor do Custo de Construção, que a exemplo da Receita de Construção (já citada anteriormente), está impactado pelo maior volume de obras executadas no período de 2016. A Provisão de Manutenção reflete as expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos com a futura restauração do pavimento após o término da sua vida útil.

Para efeito de análise, os Custos & Despesas Operacionais Ajustados não contemplam estes valores.

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustado somaram R\$ 166,8 milhões no período, um aumento de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A inflação pelo IPCA no mesmo período foi de 8,48%. As principais variações nominais ocorreram nas naturezas Operacionais e Conservação e Manutenção.

EBITDA & MARGEM EBITDA

EBITDA & Margem EBITDA (R\$ Mil)	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Receita Bruta	100.462	97.592	2,9%	325.889	269.030	21,1%
Receita Líquida	93.070	90.563	2,8%	305.271	250.068	22,1%
Custos Operacionais	(65.071)	(66.843)	-2,7%	(233.745)	(201.834)	15,8%
Lucro Bruto	27.999	23.720	18,0%	71.526	48.234	48,3%
Despesas Gerais & Administrativas	(7.894)	(8.911)	-11,4%	(27.947)	(26.769)	4,4%
EBIT	20.105	14.809	35,8%	43.579	21.465	103,0%
(+) Depreciação & Amortização	23.832	23.008	3,6%	71.145	68.355	4,1%
EBITDA ¹	43.937	37.817	16,2%	114.724	89.820	27,7%
Margem EBITDA ¹	47,2%	41,8%	5,4 p.ps	37,6%	35,9%	1,7 p.ps
Ajustes	2.241	5.801	-61,4%	5.539	17.583	-68,5%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(15.590)	(17.187)	-9,3%	(89.346)	(52.207)	71,1%
(+) Custo de Construção (IFRS)	15.436	17.016	-9,3%	88.443	51.690	71,1%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	2.395	5.972	-59,9%	6.442	18.100	-64,4%
EBITDA Ajustado ²	46.178	43.618	5,9%	120.263	107.403	12,0%
Margem EBITDA Ajustado ²	59,6%	59,4%	0,2 p.ps	55,7%	54,3%	1,4 p.ps

¹ Instrução CVM N°527/12;

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA, considerando os impactos do IFRS, totalizou R\$ 114,7 milhões nos nove meses acumulados de 2016, um aumento de 27,7% em relação ao mesmo período de 2015. Houve uma variação positiva de 1,7 p.ps na Margem EBITDA, reflexo do

aumento da Receita Operacional e da Receita e Custo de Construção, além da diminuição da Provisão de Manutenção, conforme já citado. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 120,3 milhões, com uma Margem EBITDA Ajustado de 55,7%, uma variação positiva de 1,4 p.ps. no período em comparação.

O EBITDA Ajustado é calculado desconsiderando os valores de Receita e Custo de Construção e Provisão de Manutenção, introduzidos pela adoção do IFRS.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Resultado Financeiro	(46.803)	(48.022)	-2,5%	(169.276)	(177.945)	-4,9%
Receitas Financeiras	5.118	6.207	-17,5%	13.262	12.729	4,2%
Juros sobre Aplicações Financeiras	5.143	6.210	-17,2%	13.189	12.574	4,9%
Outros	(25)	(3)	733,3%	73	155	-52,9%
Despesas Financeiras	(51.921)	(54.229)	-4,3%	(182.538)	(190.674)	-4,3%
Juros sobre Despesas Financeiras	(34.377)	(34.781)	-1,2%	(101.613)	(100.558)	1,0%
Variações Cambiais e Monetárias	(17.398)	(19.077)	-8,8%	(80.440)	(89.586)	-10,2%
Comissões e despesas bancárias	(92)	(79)	16,5%	(283)	(232)	22,0%
Outros	(54)	(292)	-81,5%	(202)	(298)	-32,2%

Nos nove meses acumulados de 2016, o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 169,3 milhões de despesas líquidas, uma diminuição de 4,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta redução ocorreu principalmente em razão dos menores dispêndios com Despesas Financeiras, devido à diminuição do volume principal da dívida (amortizações do período), além das variações dos indexadores (TJLP e IPCA) em relação ao ano anterior.

PREJUÍZO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ Mil)	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Lucro / Prejuízo Líquido	(26.036)	(31.939)	-18,5%	(123.897)	(154.348)	-19,7%

O somatório de fatores citados anteriormente resultou em um Prejuízo Líquido de R\$ 123,9 milhões.

DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil)	9M16	9M15	Δ%
Dívida Líquida	(1.642.643)	(1.628.121)	0,9%
Disponibilidades	165.272	178.206	-7,3%
Caixa e Equivalente de Caixa	28.930	41.215	-29,8%
Aplicações Financeiras	136.342	136.991	-0,5%
Dívida Bruta	1.807.915	1.806.327	0,1%
Curto Prazo	212.401	198.607	6,9%
Empréstimos e Financiamentos	162.675	150.205	8,3%
Debêntures	52.853	51.425	2,8%
(-) Encargos Financeiros	(3.127)	(3.023)	3,4%
Longo Prazo	1.595.514	1.607.720	-0,8%
Empréstimos e Financiamentos	668.166	751.399	-11,1%
Debêntures	975.080	905.042	7,7%
(-) Encargos Financeiros	(47.732)	(48.721)	-2,0%
Dívida Líquida Ajustada	(1.690.375)	(1.676.842)	0,8%

Dív Líquida Ajustada = Não considera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros.

A CART encerrou o 3T16 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras de R\$ 165,3 milhões, 7,3% menor em relação ao montante disponível no final do 3T15.

O volume da dívida bruta e o perfil do endividamento da Companhia se mantiveram no mesmo patamar do ano anterior.

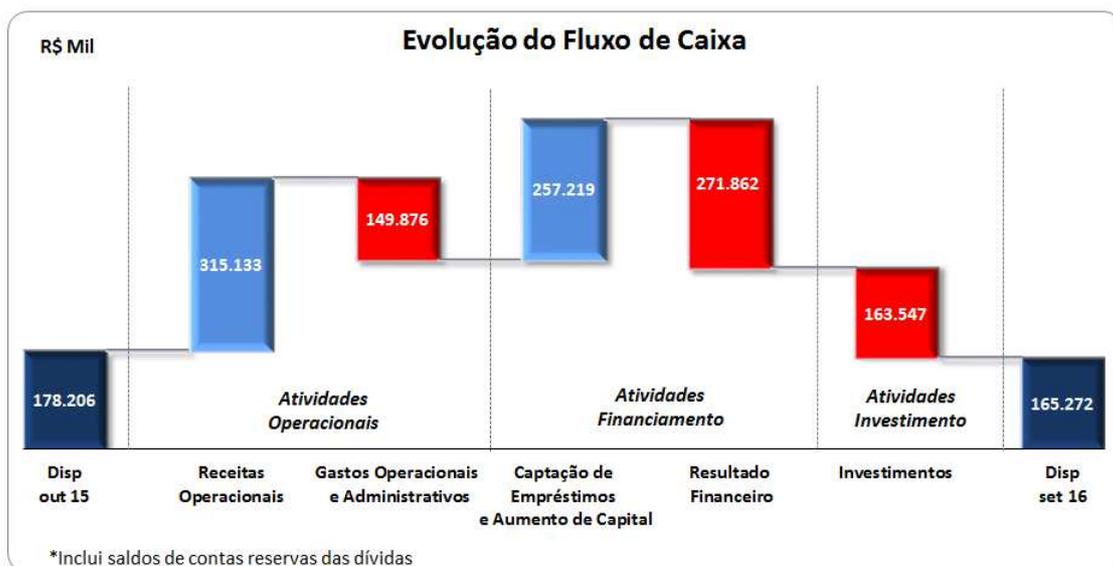
INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	3T			9M		
	3T16	3T15	Δ%	9M16	9M15	Δ%
Investimento Total	12.066	27.408	-56,0%	85.694	79.058	8,4%
Imobilizado	170	453	-62,5%	418	2.605	-84,0%
Intangível	16.010	31.979	-49,9%	90.139	81.823	10,2%
Software e Outros	546	367	48,8%	793	564	40,6%
Direito de Concessão (Investimento)	15.464	31.612	-51,1%	89.346	81.259	10,0%
(-) Transação Não Caixa	(3.960)	(4.853)	-18,4%	(3.960)	(4.853)	-18,4%
(-) Margem de Construção	(154)	(171)	-9,9%	(903)	(517)	74,7%

Nos nove meses de 2016, houve um aumento de 8,4% nos investimentos da Companhia em relação ao ano anterior. No total, foram investidos R\$ 85,7 milhões até

o 3T16, destinados principalmente à execução de obras de duplicação e de implantação/melhorias de dispositivos (pontes e viadutos).

FLUXO DE CAIXA



A disponibilidade da Companhia ao final de setembro de 2016 foi de R\$ 165,3 milhões, 7,3% menor em relação ao montante disponível em setembro de 2015. A redução é consequência do volume de caixa destinado às Atividades de Investimento (R\$ 163,5 milhões), atenuado pelos saldos positivos das Atividades de Financiamento (R\$ 14,7 milhões), sendo aumento de capital no valor de R\$ 218,5 milhões, e captações de capital de giro em R\$ 38,7 milhões) e das Atividades Operacionais (R\$ 165,2 milhões).

CONSIDERAÇÕES

➤ Reajustes Tarifários

Em 24 de junho de 2013 o Governo do Estado de São Paulo autorizou os reajustes dos contratos de concessão das rodovias estaduais, a partir de 1º de julho de 2013. Porém, comunicou sua decisão de não repassar os valores dos reajustes aos usuários das rodovias. O Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, declarou à

época que as condições dos contratos de concessão seriam mantidas, reafirmando a parceria do Estado com a iniciativa privada.

Como forma de compensar parte dos impactos desta decisão, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes e da Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), deliberou:

- Pela redução de 50% do percentual pago pelas concessionárias a título de ônus variável incidente sobre a receita total arrecadada (de 3% para 1,5%);
- Pelo estabelecimento de cobrança da tarifa de pedágio de todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pela Praça de Pedágio (chamados de “eixos suspensos”).

O percentual de reajuste tarifário de 2013, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 6,5%.

De acordo com a deliberação da ARTESP publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28 de Junho de 2014, foi autorizado a partir de 1º de Julho de 2014 o reajuste de 5,98% às tarifas de pedágio para as rodovias administradas pela Companhia, sendo este 0,39 p.p. inferior ao percentual de reajuste tarifário de 2014, medido pelo IPCA.

As medidas compensatórias não têm se mostrado suficientes para compensar o desequilíbrio econômico-financeiro causado pelo não reajuste integral das tarifas de 2013 e 2014. A CART vem discutindo o tema administrativamente na ARTESP, objetivando o reconhecimento do desequilíbrio e sua futura compensação pelo Poder Concedente.

Em 2015 e 2016, os reajustes ocorreram da forma prevista no contrato de concessão, sendo repassado às tarifas de pedágio o percentual integral do IPCA, que foi de 8,47% e 9,32%, respectivamente.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente,

tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (Invepar).

Em 30 de setembro de 2016, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$201.183 (R\$863.743 em 31 de dezembro de 2015), causado principalmente, pelo endividamento financeiro de curto prazo no montante de R\$215.528.

A Administração da CART e da Invepar tem atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhora dos indicadores financeiros, conforme demonstrado na Nota 9. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a Invepar efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.b) Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da “Operação Lava Jato” foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 11 de novembro de 2016 pela Administração da Companhia, compreendem:

As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB*.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 15 de abril de 2016. Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Fornece orientações adicionais para que as entidades passem a fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de financiamentos.
- IAS 12 – Tributo sobre o lucro – Esclarecimentos sobre o reconhecimento de um ativo fiscal diferido para perdas não realizadas.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – *Leasing* – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações financeiras trimestrais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	4.311	2.082
Operações compromissadas em debêntures	<u>-</u>	<u>12.145</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.311</u>	<u>14.227</u>

Aplicações financeiras consideradas como equivalente de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aquisições.

As aplicações compromissadas são classificadas como recebíveis remunerados por taxas que variam de 88% até 101 % do CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações financeiras não vinculadas:		
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	9.468
Operações compromissadas em debêntures	<u>24.619</u>	<u>39.225</u>
Subtotal das aplicações financeiras não vinculadas	<u>24.619</u>	<u>48.693</u>
Aplicações financeiras vinculadas:		
Operações compromissadas (conta reserva BNDES)	78.459	83.113
Operações compromissadas (conta reserva Debenturistas)	<u>57.883</u>	<u>5.914</u>
Subtotal das aplicações financeiras vinculadas	<u>136.342</u>	<u>89.027</u>
Total das aplicações financeiras	<u>160.961</u>	<u>137.720</u>
Circulante	24.619	48.693
Não circulante	136.342	89.027

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, indexados a taxa de 95,0% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (em 31 de dezembro de 2015, a taxa de 90,0% a 102,5% do CDI).

As aplicações financeiras no montante de R\$78.459 em 30 de setembro de 2016 (R\$83.113 em 31 de dezembro de 2015) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (ii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

As aplicações financeiras no montante de R\$57.883 em 30 de setembro de 2016 (R\$5.914 em 31 de dezembro de 2015) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AVI (*)	13.942	15.757
Vale pedágio	949	938
Locação de Fibra Óptica	636	-
Outros	1.659	1.233
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) (**)	<u>(1.469)</u>	<u>(1.256)</u>
Total	<u>15.717</u>	<u>16.672</u>

(*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não havia valores vencidos nos créditos a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 21 dias.

(**) A PCLD é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após vencidos há mais de seis meses do reconhecimento do crédito. São consideradas em PCLD valores vencidos há mais de 30 dias referentes a violadores, compensações de passagens e perdas relativas à pista AVI.

	<u>Total</u>	<u>(PCLD)</u>	<u>Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Vencido entre 30 - 180 dias</u>
30 de setembro de 2016	17.186	(1.469)	15.717	1.469
31 de dezembro de 2015	17.928	(1.256)	16.672	1.256

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do período	(1.256)	(626)
Adições	(1.754)	(2.701)
Reversões	<u>1.541</u>	<u>2.071</u>
Saldo no fim do período	<u>(1.469)</u>	<u>(1.256)</u>

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	2.345	3.511
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.346</u>	<u>3.511</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal	154.255	154.255
Base negativa da contribuição social	55.532	55.532
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	341	341
Provisão de participações nos lucros	404	404
Provisão para riscos	284	284
Provisões não dedutíveis	948	948
Provisão de manutenção	16.911	16.911
Margem de construção (*)	(9.501)	(9.817)
Amortização de outorga (*)	(52.157)	(53.896)
Custo de captação de debêntures (*)	(17.292)	(17.343)
Margem de construção (Lei 12.973)	<u>(809)</u>	<u>(524)</u>
	<u>148.916</u>	<u>147.095</u>
Impostos Diferidos – Ativo	228.675	228.675
Impostos Diferidos – Passivo	(79.759)	(81.580)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção e amortização de outorga fiscal, amortizados em quotas fixas mensais pelo prazo de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14 e a provisão de manutenção, estão sendo amortizados em quotas fixas mensais pelo prazo de conclusão da obra. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre os encargos financeiros incorridos da captação das Debêntures, estão sendo amortizados pelo prazo do financiamento. O impacto, em 2016, mensal dessas amortizações é R\$275.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. No período de 2016, a Companhia manteve os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que haviam sido registrados com base nas projeções de resultado tributável feitas em 2015 e decidiu não registrar imposto de renda e contribuição social diferidos adicionais.

A Companhia não constituiu, até setembro de 2016, IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias no montante de R\$112.551 (R\$72.902 em 31 de dezembro de 2015).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>2016</u>
2019	3.258
2020	8.619
2021 a 2023	80.645
2024 a 2025	<u>136.153</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	228.675
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(79.759)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>148.916</u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(125.722)	(156.463)	(26.698)	(33.195)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	42.745	53.197	9.077	11.286
Adições permanentes	(1.274)	(463)	(515)	(138)
Exclusões permanentes	-	176	-	176
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(39.650)	(50.633)	(7.904)	(10.068)
Outras adições	-	<u>(162)</u>	-	-
Total dos impostos no resultado	1.821	2.115	658	1.256
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.821	2.115	658	1.256
Alíquota efetiva	(1,45%)	(1,35%)	(2,46%)	(3,78%)

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário. A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015 e não houve impacto relevante nas informações financeiras trimestrais.

d) Impostos a recolher

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	1.137	1.143
ISS	1.652	2.063
IRRF e CSRF	462	996
INSS sobre terceiros	<u>188</u>	<u>280</u>
Total	<u>3.439</u>	<u>4.482</u>

7. IMOBILIZADO

	Vida útil em anos	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2016
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	5	5.809	230	-	6.039
Móveis e utensílios	5	3.995	-	(116)	3.879
Veículos	5	3.546	34	-	3.580
Equipamentos de informática	5	38.741	154	(259)	38.636
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		<u>52.575</u>	<u>418</u>	<u>(375)</u>	<u>52.618</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(25)	(5)	-	(30)
Máquinas e equipamentos		(3.847)	(667)	-	(4.514)
Móveis e utensílios		(2.974)	(340)	116	(3.198)
Veículos		(1.439)	(492)	-	(1.931)
Equipamentos de informática		(30.404)	(2.161)	259	(32.306)
Ferramentas e aparelhos		<u>(272)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>(290)</u>
		<u>(38.961)</u>	<u>(3.683)</u>	<u>375</u>	<u>(42.269)</u>
Imobilizado líquido		<u>13.614</u>	<u>(3.265)</u>	<u>-</u>	<u>10.349</u>
	Vida útil em anos	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2015
<u>Custo</u>					
Instalações	25	165	-	(1)	164
Máquinas e equipamentos	5	4.766	1.053	(10)	5.809
Móveis e utensílios	5	4.127	122	(254)	3.995
Veículos	5	3.604	147	(205)	3.546
Equipamentos de informática	5	35.119	3.631	(9)	38.741
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		<u>48.101</u>	<u>4.953</u>	<u>(479)</u>	<u>52.575</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(18)	(7)	-	(25)
Máquinas e equipamentos		(3.000)	(857)	10	(3.847)
Móveis e utensílios		(2.732)	(495)	253	(2.974)
Veículos		(837)	(685)	83	(1.439)
Equipamentos de informática		(27.059)	(3.351)	6	(30.404)
Ferramentas e aparelhos		<u>(244)</u>	<u>(28)</u>	<u>-</u>	<u>(272)</u>
		<u>(33.890)</u>	<u>(5.423)</u>	<u>352</u>	<u>(38.961)</u>
Imobilizado líquido		<u>14.211</u>	<u>(470)</u>	<u>(127)</u>	<u>13.614</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2016.

8. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/09/2016</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	9.483	793	-	10.276
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.786.797	89.346	(273)	1.875.870
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.430.300	90.139	(273)	2.520.166
<u>Amortização</u>					
Software		(6.513)	(867)	-	(7.380)
Marcas e patentes		(10)	(1)	-	(11)
Direito de concessão		(215.938)	(50.745)	30	(266.653)
Outorga fixa		<u>(142.966)</u>	<u>(15.849)</u>	<u>-</u>	<u>(158.815)</u>
Amortização acumulada		<u>(365.427)</u>	<u>(67.462)</u>	<u>30</u>	<u>(432.859)</u>
Intangível, líquido		2.064.873	22.677	(243)	2.087.307
	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	8.513	970	-	9.483
Marcas e patentes	10	42	-	(22)	20
Direito de concessão	(*)	1.653.379	156.827	(23.409)	1.786.797
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.295.933	157.797	(23.431)	2.430.300
<u>Amortização</u>					
Software		(5.356)	(1.157)	-	(6.513)
Marcas e patentes		(8)	(2)	-	(10)
Direito de concessão		(154.188)	(63.907)	2.157	(215.938)
Outorga fixa		<u>(121.833)</u>	<u>(21.133)</u>	<u>-</u>	<u>(142.966)</u>
Amortização acumulada		<u>(281.385)</u>	<u>(86.199)</u>	<u>2.157</u>	<u>(365.427)</u>
Intangível, líquido		2.014.548	71.598	(21.274)	2.064.873

(*) Prazo remanescente da concessão, 23 anos. O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01(R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo intangível em 30 de setembro de 2016.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	31/12/2015	Captação	Amortização do principal	Juros pagos	Juros incorridos	Variação monetária	Transferências	30/09/2016
Passivo circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	521.006	-	(59.026)	(30.817)	30.583	5.195	(386.702)	80.238
Sênior - BNDES - IPCA	380.715	-	(36.894)	(53.114)	23.398	19.284	(281.464)	51.924
Conta garantida - Bradesco	-	30.000	(8)	(3.268)	3.788	-	-	30.513
Total	901.721	30.000	(95.928)	(87.199)	57.769	24.479	(668.166)	162.675
Passivo não circulante								
Sênior - BNDES - TJLP	-	-	-	-	-	-	386.702	386.702
Sênior - BNDES - IPCA	-	-	-	-	-	-	281.464	281.464
Total	-	-	-	-	-	-	668.166	668.166

Descrição	31/12/2014	Amortização do principal	Juros pagos	Juros incorridos	Variação monetária	Transferências	31/12/2015
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	67.228	(65.421)	(45.003)	44.930	303	518.969	521.006
Sênior - BNDES - IPCA	32.443	(11.056)	(9.314)	33.424	4.850	330.368	380.715
Total	99.671	(76.477)	(54.317)	78.354	5.153	849.337	901.721
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	517.263	-	-	-	1.706	(518.969)	-
Sênior - BNDES - IPCA	302.488	-	-	-	27.880	(330.368)	-
Total	819.751	-	-	-	29.586	(849.337)	-

(*) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da dívida encontra-se totalmente no circulante em função do não atendimento das cláusulas restritivas, com o reestabelecimento dos índices financeiros, em 30 de junho de 2016, a dívida foi transferida para longo prazo.

BNDES

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	30/09/2016
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	187.678
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	92.146
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	41.341
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	145.776
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	92.744
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>240.643</u>
Total				<u>800.328</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/09/2016</u>
Parcelas do circulante				132.162
Parcelas do não circulante				668.166

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	216.678
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	101.708
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	45.631
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	156.988
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	102.142
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>278.574</u>
Total				<u>901.721</u>
Parcelas do circulante				901.721

(*)Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

1 - BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 30 de setembro de 2016 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2015), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações financeiras auditadas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

(1) O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

(2) Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

2 - Conta Garantida

A Companhia possui conta garantida no Bradesco no limite de R\$30.000, sobre o montante da dívida incidem juros à taxa CDI + 0,5% a.m. Em 30 de setembro de 2016, o montante no passivo circulante é de R\$30.513.

10. DEBÊNTURES

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Varição monetária</u>	<u>Transferência</u>	<u>30/09/2016</u>
Passivo circulante						
Debêntures	11.628	-	43.694	658	-	55.980
Custos a amortizar	<u>(3.055)</u>	<u>151</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(222)</u>	<u>(3.127)</u>
Total	<u>8.573</u>	<u>151</u>	<u>43.694</u>	<u>658</u>	<u>(222)</u>	<u>52.853</u>
Passivo não circulante						
Debêntures	919.777	-	-	55.303	-	975.080
Custos a amortizar	<u>(47.954)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>222</u>	<u>(47.732)</u>
Total	<u>871.823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.303</u>	<u>222</u>	<u>927.348</u>
Total geral	<u>880.396</u>	<u>151</u>	<u>43.694</u>	<u>55.961</u>	<u>-</u>	<u>980.201</u>
<u>Objeto</u>		<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>		<u>30/09/2016</u>
Debenturistas - Série 1		IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024		521.921
Debenturistas - Série 2		IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024		509.138
(-) Custos de transação - Debêntures						<u>(50.858)</u>
Total						<u>980.201</u>
Parcelas do circulante						52.853
Parcelas do não circulante						927.438

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Juros Incorridos</u>	<u>Varição monetária</u>	<u>Amortização Principal</u>	<u>Amortização Juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante									
Debêntures	10.624	-	-	50.744	10.141	(9.340)	(54.864)	4.323	11.628
Custos a amortizar	(3.428)	(10)	2.997	-	-	-	-	(2.614)	(3.055)
Total	<u>7.196</u>	<u>(10)</u>	<u>2.997</u>	<u>50.744</u>	<u>10.141</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(54.864)</u>	<u>1.709</u>	<u>8.573</u>
Passivo não circulante									
Debêntures	840.400	-	-	-	83.700	-	-	(4.323)	919.777
Custos a amortizar	(50.309)	(259)	-	-	-	-	-	2.614	(47.954)
Total	<u>790.091</u>	<u>(259)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>83.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.709)</u>	<u>871.823</u>
Total geral	<u>797.287</u>	<u>(269)</u>	<u>2.997</u>	<u>50.744</u>	<u>93.841</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(54.864)</u>	<u>-</u>	<u>880.396</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	471.882
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	459.523
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(51.009)</u>
Total				<u>880.396</u>
Parcelas do circulante				8.573
Parcelas do não circulante				871.823

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 30 de setembro de 2016.

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2017	19.901
2018	19.901
2019	19.901
2020	49.749
2021	119.398
2022 a 2024	<u>746.228</u>
	<u>975.080</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a.

para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2016 é de R\$50.858 (R\$51.009 em 31 de dezembro de 2015).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2016	(50)
2017	(4.113)
2018	(5.053)
2019	(6.134)
2020	(7.371)
2021	(8.361)
2022 a 2024	<u>(19.776)</u>
	<u>(50.858)</u>

Cláusulas restritivas

Conforme previsto no contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. PROVISÃO PARA RISCOS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

<u>Natureza</u>	30/09/2016			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	723	15.701	221	16.645
Cíveis	<u>2.267</u>	<u>30.670</u>	<u>180</u>	<u>33.117</u>
	<u>2.990</u>	<u>46.371</u>	<u>401</u>	<u>49.762</u>

<u>Natureza</u>	31/12/2015			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	676	12.820	38	13.534
Cíveis	<u>1.656</u>	<u>24.794</u>	<u>45</u>	<u>26.495</u>
	<u>2.332</u>	<u>37.614</u>	<u>83</u>	<u>40.029</u>

b) Movimentação dos riscos prováveis

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final</u> <u>30/09/2016</u>
Trabalhistas	676	208	(161)	723
Cíveis	<u>1.656</u>	<u>868</u>	<u>(257)</u>	<u>2.267</u>
Total	<u>2.332</u>	<u>1.076</u>	<u>(418)</u>	<u>2.990</u>

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	610	292	(226)	676
Cíveis	<u>234</u>	<u>1.450</u>	<u>(28)</u>	<u>1.656</u>
Total	<u>844</u>	<u>1.742</u>	<u>(254)</u>	<u>2.332</u>

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$723 em 30 de setembro de 2016 (R\$676 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado R\$15.701 em 30 de setembro de 2016 (R\$12.820 em 31 de dezembro de 2015).

Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$2.267 em 30 de setembro de 2016 (R\$1.656 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$30.670 em 30 de setembro de 2016 (R\$24.794 em 31 de dezembro de 2015), detalhamos abaixo as principais causas:

- a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

Em 22 de agosto de 2016 foi realizado perícia e, a CART aguarda o laudo pericial para manifestação.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3.000,00, bem como especificar provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 2.322.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras trimestrais.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Transação	Relação da parte com a Companhia	30/09/2016				30/09/2016 Resultado (despesa)	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito	Ligada	26	-	-	100	26
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	-	2	-
Aeroporto Internacional de São Paulo - GRU Airport	Nota de débito	Ligada	-	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	-	-	2.335	-	(6.151)
			<u>26</u>	<u>520</u>	<u>2.335</u>	<u>143</u>	<u>(6.125)</u>

Transação	Relação da parte com a Companhia	31/12/2015				30/09/2015 Resultado (despesa)	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito	Ligada	-	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	-	2	-
Aeroporto Internacional de São Paulo - GRU Airport	Nota de débito	Ligada	-	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	17	-	2.438	-	(5.659)
			<u>17</u>	<u>520</u>	<u>2.438</u>	<u>143</u>	<u>(5.659)</u>

Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Processo de Recuperação Judicial - OAS

O Grupo OAS ajuizou, em 31.03.2015, o Processo de Recuperação Judicial em nome de 10 (dez) empresas do Grupo, dentre elas a OAS Infraestrutura S/A e a Construtora OAS S/A, acionistas integrantes do bloco de controle da Invepar, detentoras de 24,44% do capital social desta sociedade, tendo sido aprovada, por maioria, a versão final do Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral dos Credores realizada em 17.12.2015.

No Plano de Recuperação Judicial, está prevista a alienação dos ativos do Grupo OAS e, dentre eles, a UPI Invepar, ou melhor, as Ações Invepar, as quais somente poderão ser alienadas, exclusivamente, por meio de leilão judicial, na modalidade de propostas fechadas, com a observância do preço mínimo de R\$1.350.000, nas condições estabelecidas no referido Plano.

A Cláusula 5.1, inciso (vii) do Contrato de Compra e Venda da UPI Invepar (“SPA”), anexo e parte integrante do Plano de Recuperação Judicial, prevê como condição precedente, a celebração de instrumento pelo Grupo OAS outorgando à Invepar e suas Subsidiárias a ampla quitação em relação a quaisquer atos, fatos, atividades, omissões, direitos de ação ou eventos ocorridos antes da ou na Data de Fechamento decorrentes de ou nos termos de qualquer contrato, Demanda ou Lei aplicável (incluindo, sem limitação, dividendos ou lucros), exceto unicamente pelas Demandas Excluídas.

As Demandas Excluídas estão discriminadas no Anexo 5.1 (vii) do SPA, no qual consta a previsão de que o Grupo OAS e suas Afiliadas renunciam quaisquer Demandas contra a Invepar e suas Subsidiárias em relação à CART, salvo se a Invepar ou a CART derem início a qualquer processo contra o Grupo OAS ou suas Afiliadas, que tenha por objeto pedido de recebimento de indenização ou compensação por perdas e danos decorrentes dos trabalhos de construção realizados pelo Grupo OAS ou suas Afiliadas no passado.

Nesta hipótese, o Grupo OAS ou suas Afiliadas poderão apresentar reconvenção nos autos do Processo com pedido de recebimento de valor agregado que não exceda o menor valor entre (a) R\$457.000 e (b) o valor efetivamente pleiteado pela CART a título de perdas e danos, o que poderá incluir a cobrança de valores que o Grupo OAS ou suas Afiliadas teriam direito a receber da Invepar ou da CART.

Pela renúncia da OAS expressa no SPA, e ainda pela intenção da administração da CART de não iniciar qualquer processo contra a OAS no âmbito do contrato de execução de obras civis celebrado entre as partes em 5 de março de 2009, busca-se o encerramento amistoso da relação contratual.

Os fatos resumidos acima respaldam as conclusões alcançadas pela administração da CART de que nenhum passivo é devido pela Companhia oriundo do desfecho do referido contrato de execução de obras civis com a OAS.

Remuneração dos Administradores

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$3.177.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica.

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Pró-labore	386	386
Bônus variáveis	704	694
Encargos	77	77
Outros benefícios	<u>71</u>	<u>64</u>
	<u>1.238</u>	<u>1.221</u>

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia provisionou o montante de R\$704 (R\$694 em setembro de 2015), de participação/bônus para os administradores, dos quais foram pagos R\$498 (R\$540 pagos em setembro de 2015).

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

13. RECEITA DIFERIDA

As receitas diferidas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

<u>Receita diferida</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
TIM Celular S.A.	48.503	50.157
OI Móvel S.A.	12	1.629
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL	4.832	3.098
Outros	<u>323</u>	<u>22</u>
	<u>53.670</u>	<u>54.906</u>
Circulante	7.370	6.958
Não circulante	<u>46.300</u>	<u>47.948</u>

14. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 30 de setembro de 2016 é:

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u> <u>30/09/2016</u>
Não circulante	<u>67.804</u>	<u>6.442</u>	<u>74.246</u>
Total	<u>67.804</u>	<u>6.442</u>	<u>74.246</u>

A taxa real para cálculo do valor presente para os projetos provisionados até 30 de setembro de 2016 é de 9,16% a.a.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 3 de fevereiro, 8 de maio, 29 de junho e 02 de dezembro de 2015, foram aprovados aumento de capital nos valores de R\$45.000, R\$37.000, R\$75.000 e R\$133.000 respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito da Companhia era de R\$1.035.000, sendo, R\$ 984.000 integralizadas e R\$ 51.000 a integralizar, representado por 1.982.862.362 ações, sendo 991.431.181 ações preferenciais e 991.431.181 ações ordinárias, integralmente subscritas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

Em 15 de março, 28 de março e 12 de abril de 2016, ocorreram as integralizações do aumento de capital na Companhia nos valores de R\$35.000, R\$ 5.000 e R\$ 11.000, respectivamente, referente ao aumento de capital aprovado em 02 de dezembro de 2015, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$133.000, mediante emissão de 227.511.745

ações ordinárias e 227.511.745 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 26 de abril, 16, 24 e 25 de maio de 2016 e 07 e 28 de junho de 2016, ocorreram às integralizações do aumento de capital na Companhia nos valores de R\$10.500, R\$7.000, R\$7.000, R\$8.000, R\$10.000 e R\$33.000, respectivamente, o aumento de capital foi aprovado em 15 de abril de 2016, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$145.000, mediante emissão de 316.763.341 ações ordinárias e 316.763.341 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Dessa forma em 30 de setembro de 2016, o capital subscrito da Companhia é de R\$1.180.000, sendo, R\$1.110.500 integralizadas e R\$69.500 a integralizar, representados por 2.616.389.044 ações, sendo 1.308.194.522 ações preferenciais e 1.308.194.522 ações ordinárias, integralmente subscritas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

As ações preferenciais não têm direito a voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

RECEITA POR NATUREZA	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
Receita bruta de pedágio	228.685	209.738	82.107	77.964
Receitas acessórias	7.858	7.085	2.765	2.441
Receita de construção	89.346	52.207	15.590	17.187
PIS Cumulativo - Receita de pedágio	(1.486)	(1.363)	(533)	(506)
COFINS Cumulativo - Receita de pedágio	(6.861)	(6.292)	(2.464)	(2.339)
ISS - Receita de pedágio	(11.527)	(10.626)	(4.134)	(3.940)
Abatimento - Receita de pedágio	(15)	(12)	(5)	(4)
PIS - Receita acessória	(130)	(119)	(46)	(42)
COFINS - Receita acessória	<u>(599)</u>	<u>(550)</u>	<u>(210)</u>	<u>(198)</u>
	<u>305.271</u>	<u>250.068</u>	<u>93.070</u>	<u>90.563</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) às isenções de pedágio que não atendem aos critérios de reconhecimento da receita contábil, porém são incluídas na base tributária; e (ii) Receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
Pessoal e encargos	(32.028)	(31.895)	(10.616)	(10.322)
Conservação e manutenção	(23.248)	(20.681)	(8.067)	(6.888)
Seguros e garantias	(1.923)	(1.277)	(769)	(458)
Serviços de terceiros	(9.277)	(9.454)	(3.064)	(3.181)
Veículos	(4.147)	(3.630)	(1.184)	(1.193)
Consultoria e assessoria	(3.099)	(2.914)	(1.143)	(992)
Aluguéis e impostos	(696)	(793)	(195)	(79)
Energia elétrica	(1.813)	(1.934)	(448)	(620)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) / provisão para riscos	(871)	(1.023)	(324)	(405)
Partes relacionadas	(6.151)	(5.659)	(2.175)	(1.902)
Provisão de manutenção	(6.442)	(18.100)	(2.395)	(5.972)
Outorga variável	(3.548)	(3.252)	(1.273)	(1.206)
Depreciação e amortização	(71.145)	(68.355)	(23.832)	(23.008)
Custo de construção	(88.443)	(51.690)	(15.436)	(17.016)
Outros	<u>(8.886)</u>	<u>(7.929)</u>	<u>(2.044)</u>	<u>(2.479)</u>
	<u>(261.717)</u>	<u>(228.586)</u>	<u>(72.965)</u>	<u>(75.739)</u>
Custo de serviços prestados	(145.302)	(150.144)	(49.635)	(49.827)
Custo de construção	(88.443)	(51.690)	(15.436)	(17.016)
Despesas gerais e administrativas	(27.947)	(26.769)	(7.894)	(8.911)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(25)</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
	<u>(261.717)</u>	<u>(228.586)</u>	<u>(72.965)</u>	<u>(75.739)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	01/01/2016 a 30/09/2016	01/01/2015 a 30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de aplicação financeira	<u>13.262</u>	<u>12.728</u>	<u>5.118</u>	<u>6.207</u>
	13.262	12.728	5.118	6.207
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos	(57.769)	(58.206)	(18.758)	(19.507)
Juros sobre debêntures	(43.844)	(42.352)	(15.619)	(15.274)
Variação monetária passiva	(80.440)	(89.586)	(17.398)	(19.077)
Outras	<u>(485)</u>	<u>(529)</u>	<u>146</u>	<u>(370)</u>
	<u>(182.538)</u>	<u>(190.673)</u>	<u>(51.921)</u>	<u>(54.226)</u>
	<u>(169.276)</u>	<u>(177.945)</u>	<u>(46.803)</u>	<u>(48.019)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados

básico e diluído por ação:

	01/01/2016 a 30/09/2016			01/01/2015 a 30/09/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(61.951)	(61.950)	(123.901)	(77.714)	(77.714)	(154.348)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>1.037.462</u>	<u>1.037.461</u>	<u>2.074.923</u>	<u>657.078</u>	<u>657.078</u>	<u>1.314.156</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,060)	(0,060)		(0,117)	(0,117)	

	01/07/2016 a 30/09/2016			01/07/2015 a 30/09/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(13.020)	(13.020)	(26.040)	(15.969)	(15.970)	(31.939)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>1.156.367</u>	<u>1.156.367</u>	<u>2.312.734</u>	<u>749.672</u>	<u>749.672</u>	<u>1.499.344</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,011)	(0,011)		(0,021)	(0,021)	

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos períodos findos em 30 de setembro de 2016, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários;
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000, conforme nota explicativa nº8, a favor do Departamento de

Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 30 de setembro de 2016, era de R\$413 (R\$415 em 31 de dezembro de 2015).

Durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$3.550 (R\$4.419 em 31 de dezembro de 2015) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$55.528. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$130.573. Vigência de 12 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos iniciais e do pagamento da outorga fixa foram obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Garantia ampliações	R\$55.010	16/03/2016 a 16/03/2017	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$143.806	16/03/2016 a 16/03/2017	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$100.000	01/08/2016 a 01/08/2017	Tokio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$280.000	01/08/2016 a 01/08/2017	Bradesco Seguro	(d)
D&O	R\$100.000	25/09/2015 a 05/12/2016	XL Seguros	-
Patrimonial	R\$15.672	13/01/2016 a 13/01/2017	Tokio Marine	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	30/09/2016		31/12/2015	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
<u>Ativos</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4.311	-	14.227	-
Aplicação financeira	160.961	-	137.720	-
Partes relacionadas	-	546	-	537
Créditos a receber	-	<u>15.717</u>	-	<u>16.672</u>
Total do ativo	<u>165.272</u>	<u>16.263</u>	<u>151.947</u>	<u>17.209</u>

Passivos

Fornecedores	-	13.785	-	17.596
Partes relacionadas	-	2.478	-	2.581
Empréstimos e financiamentos	-	830.841	-	901.721
Debêntures	-	980.201	-	880.396
Obrigações com poderes concedentes	-	413	-	415
Total do passivo	-	<u>1.827.718</u>	-	<u>1.802.709</u>

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 30 de setembro de 2016 tinham o valor de R\$ 1.027.966 (R\$ 819.727 em 31 de dezembro de 2015).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Aplicações financeiras	<u>160.961</u>	<u>-</u>	<u>160.961</u>	<u>-</u>
Total	<u>160.961</u>	<u>-</u>	<u>160.961</u>	<u>-</u>
<u>Mensurados a valor justo - Passivos financeiros</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Debêntures	<u>1.027.966</u>	<u>-</u>	<u>1.027.966</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.027.966</u>	<u>-</u>	<u>1.027.966</u>	<u>-</u>
<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Equivalentes de caixa	12.145	-	12.145	-
Aplicações financeiras	<u>137.720</u>	<u>-</u>	<u>137.720</u>	<u>-</u>
Total	<u>149.865</u>	<u>-</u>	<u>149.865</u>	<u>-</u>
<u>Mensurados a valor justo - Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Debêntures	<u>819.727</u>	<u>-</u>	<u>819.727</u>	<u>-</u>
Total	<u>819.727</u>	<u>-</u>	<u>819.727</u>	<u>-</u>

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP, IPCA e CDI.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de

2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Ativo financeiro			
CDI	14,13%	10,60%	7,07%
Passivo financeiro			
CDI	14,13%	17,66%	21,20%
IPCA	8,48%	10,60%	12,71%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

a) Ativo financeiro

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Aplicação financeira	DI	160.961	19.110	14.304	9.529

a) Passivo financeiro (*)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Bradesco	CDI	30.513	1.393	1.601	1.802
Debêntures	IPCA	521.921	69.230	79.813	90.387
Debêntures	IPCA	509.138	68.654	78.981	89.299
BNDES	TJLP	466.940	45.679	60.630	75.595
BNDES	IPCA	333.388	43.287	49.460	55.626

*O cálculo da sensibilidade é acrescido de Spread.

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia apresenta valores a receber de R\$17.186 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A representam 81,13% deste, ou seja, R\$13.942, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber”. Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

g) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

h) Valores de mercado

Em 30 de setembro de 2016, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas informações financeiras trimestrais, devido à sua natureza de curto prazo.

i) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

<u>30 de setembro de 2016</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	162.675	255.051	203.997	209.118	830.841
Debêntures	52.853	47.481	153.415	726.453	980.201
Fornecedores	13.785	-	-	-	13.785

<u>31 de dezembro de 2015</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	901.721	-	-	-	901.721
Debêntures	8.573	46.055	149.432	676.336	880.396
Fornecedores	17.596	-	-	-	17.596

j) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>30/09/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e financiamentos	830.841	901.721
Debêntures	980.201	880.396
Caixa e equivalentes de caixa	(4.311)	(14.227)
Aplicações financeiras	<u>(160.961)</u>	<u>(137.720)</u>
Dívida líquida	1.645.770	1.630.170
Patrimônio líquido	<u>479.533</u>	<u>476.934</u>
Endividamento líquido	<u>2.125.303</u>	<u>2.107.104</u>

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2015</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	3.960	4.853

23. CONTRATO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$89.346 (vide NE 16), como receita de construção, (R\$52.207 em 30 de setembro de 2015) e como margem de construção de R\$903 (R\$517 em 30 de setembro de 2015).

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 30 de setembro de 2016 é de R\$1.875.870 (R\$1.786.797 em 31 de dezembro de 2015).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em outubro de 2016, a CART informou que Clara Maria da Cunha Ferraz assumiu o cargo de Diretora-Presidente da CART em substituição a James Oliver Guerreiro Carneiro.

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Bauru - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações financeiras intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.a às informações financeiras intermediárias, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$ 201.183 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$ 215.528 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.b às informações financeiras intermediárias, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito da Operação Greenfield. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia ainda é indeterminado.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, cujo relatório não conteve modificação datado em 12 de abril de 2016, com ênfases sobre a continuidade operacional da Companhia e diligência envolvendo partes relacionadas da Companhia. Os valores correspondentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2015, também apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, cujo relatório não conteve modificação datado em 13 de novembro de 2015, com ênfase sobre a continuidade operacional da Companhia.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016.

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor- Presidente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Issa Marar, nº 2-200, cidade de Bauru, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Concessionária relativa ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016.

Bauru, 11 de novembro de 2016.

Clara Maria da Cunha Ferraz
Diretora Presidente

João Garcia Couri Neto
Diretor de Planejamento e Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor- Presidente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Issa Marar, nº 2-200, cidade de Bauru, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Concessionária referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016.

Bauru, 11 de novembro de 2016.

Clara Maria da Cunha Ferraz
Diretora Presidente

João Garcia Couri Neto
Diretor de Planejamento e Relações com Investidores
